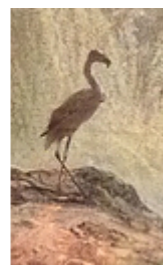


issn: 2176-5960

Προμηθεύς

journal of philosophy

n. 40 September - December 22



ANTROPOFAGIA FILOSÓFICA NO BRASIL: UMA PERIPÉCIA MODERNISTA DA ESFINGE MITOLÓGICA

Luiz Carlos Santos da Silva¹

RESUMO: O presente artigo procura apresentar o pensamento modernista e antropofágico brasileiro como uma espécie de crítica antiedipiana ao legado trágico e filosófico da modernidade antropocêntrica do século XVII. Com esse intuito, o artigo busca abordar o modo como a modernidade filosófica, científica e política seiscentista poderia ser entendida no registro de uma racionalização dos mitos e dos ídolos ancestrais. Sob o prisma heliocêntrico e antropocêntrico dessa modernidade seiscentista, o artigo busca apresentar como uma racionalização do mito do Édipo e da Esfinge parece ter regulado a fundamentação de uma ciência moderna tanto natural quanto política em pensadores como Galileu, Bacon e Hobbes. No registro antropofágico de um modernismo artístico brasileiro crítico da própria modernidade científica e filosófica do século XVII, o principal interesse do presente artigo consiste em apresentar a antropofagia brasileira como uma espécie de reviravolta antiedipiana da enigmática Esfinge mitológica.

PALAVRAS-CHAVE: Antropofagia, Modernismo, Anti-Édipo, Metafísica canibal.

ABSTRACT: This article seeks to present Brazilian modernist and anthropophagic thoughts as a kind of anti-Oedipal critique of the tragic and philosophical legacy of anthropocentric modernity in the 17th century. With this purpose, the article discusses how the 17th century philosophical, scientific and political modernity could be understood in the register of a rationalization of ancestral myths and idols. Through the prism of the heliocentric and anthropocentric of this 17th century modernity, the article presents how a rationalization of the myth of Oedipus and the Sphinx seems to have regulated the modern science founding, both natural and political, in thinkers such as Galileo, Bacon and Hobbes. In the anthropophagic record of a Brazilian artistic modernism critical of the scientific and philosophical modernity of the 17th century, the main interest of this article is to present Brazilian anthropophagy as a kind of anti-Oedipal twist of the enigmatic mythological Sphinx.

KEYWORDS: Anthropophagy, Modernism, Anti-Oedipus, Cannibal Metaphysics.

¹ Doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil(2014). Professor Adjunto de Filosofia Política da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Introdução:

Em 2022, o Brasil comemora o primeiro centenário da Semana de Arte Moderna de São Paulo, também conhecida como “Semana de 22”. Buscando ilustrar um tipo de renovação ou ressignificação interpretativa das linguagens artísticas, filosóficas e culturais no Brasil, a Semana de 22 (entendida aqui como a expressão de um movimento artístico e intelectual de vanguarda) teria sido muito pouco compreendida em seus primórdios inaugurais, por conta de seu estranhamento estético proposital. Para além do estranhamento estético, o pensamento modernista inaugurado pela Semana de 22 acabou influenciando determinantemente as vanguardas culturais mais significativas do século XX no Brasil, em termos de poesia, literatura, pintura, teatro e música. A identificação das posteriores vanguardas culturais brasileiras com esse pensamento modernista teria ocorrido não “apesar do estranhamento estético” mas justamente “por causa do estranhamento estético” fomentado pela crítica antropofágica característica da Semana de 22. Enquanto expressão de um movimento intelectual e artístico propriamente brasileiro, a Semana de 22 teria representado um marco inaugural daquilo que poderíamos chamar propriamente de “moderno” no Brasil, particularmente no registro de um pensamento antropofágico crítico do nosso legado cultural colonialista.

Sob um prisma filosófico, a antropofagia modernista brasileira poderia ser entendida como um princípio conceitual capaz de representar ou de ilustrar a modernidade das expressões artísticas e intelectuais da Semana de 22, no sentido conceitual de um “banquete platônico” repleto de alguns dos principais sabores e gostos do Brasil, incluindo a indigestão histórica. O *Manifesto da Poesia Pau-Brasil e o Manifesto Antropofágico*, de Oswald de Andrade, parecem ilustrar (como no exemplo das pinturas de Tarsila do Amaral) a representação crítica do pensamento modernista que teria inspirado o espírito da Semana de 22: devoração e regurgitação de um legado cultural colonialista amargo e indigesto. Resgatando indícios ocultos da herança cultural e das sabedorias ancestrais aprisionadas nos calabouços da nossa hereditária história colonial, o pensamento antropofágico da Semana de 22 teria tentado revelar como o legado europeu/cristão ocultaria uma tradição cultural multifacetada, mutante e viva: os mitos, os ritos e os símbolos que os representam e os celebram. No registro crítico desse pensamento modernista brasileiro, poderíamos entender o próprio conceito de

modernidade como uma espécie de restauração, reforma ou atualização de uma coisa muito antiga e tradicional. Exemplo disso seria a racionalização dos mitos e dos ritos ancestrais atualizados pelos modernos filósofos e cientistas do século XVII: Galileu, Descartes, Bacon e Hobbes. A moderna atualização crítica do legado dos antigos poderia ser entendida como uma espécie de síntese conceitual capaz de retirar da matéria bruta de uma herança cultural antagônica e ancestral apenas aquilo que seria o essencial para o seu progresso ou declínio.

Confesso que, como estudioso da filosofia moderna do século XVII e também como apaixonado pela expressão do pensamento modernista brasileiro inaugurado pela Semana de 22, ainda ressoa no meu entendimento muitas dúvidas em relação às semelhanças e diferenças entre a modernidade filosófica e científica (na Europa seiscentista ou heliocêntrica) e o modernismo artístico e antropofágico (no Brasil da década de 1920). Nesse registro perene da dúvida filosófica, considere conveniente abordar uma interpretação mais geral do conceito de modernidade, de um modo tal que me permitisse, ao menos, situar o pensamento modernista e antropofágico brasileiro em relação a um debate direto com a própria história da filosofia moderna. A partir da concepção de um perpétuo retorno dos mitos, consideraremos aqui a modernidade heliocêntrica do século XVII no registro daquele movimento intelectual difundido por filósofos/cientistas como Galileu (na Itália), Descartes (na França), Bacon e Hobbes (na Inglaterra).

Diante do lapso temporal entre a modernidade filosófica daqueles pensadores seiscentistas citados acima e a modernidade cultural da Semana de 22 no Brasil, parece bastante razoável nos perguntarmos de saída: o que, afinal de contas, seria a modernidade? Se podemos chamar igualmente de “modernos” tanto aqueles filósofos e cientistas do século XVII quanto os artistas e intelectuais brasileiros da Semana de 22, então não resta dúvida de que podemos encontrar de fato alguma concepção mais geral de modernidade capaz de relacionar e juntar essas coisas e pessoas tão diferentes e distantes no espaço geográfico e no tempo histórico. Embora a modernidade se diga filosoficamente de muitos modos, ela poderia ser entendida fundamentalmente de um modo: como crítica. Em outras palavras, se tivéssemos que destacar uma característica marcante da modernidade heliocêntrica, essa característica seria justamente a *crítica*. A crítica moderna, considerada em relação à uma herança cultural conservadora e autoritária, como veremos mais adiante, parece ser o elemento característico tanto da

modernidade filosófica do século XVII quanto do modernismo antropofágico brasileiro da Semana de 22.

De outro lado, se tivéssemos que destacar um princípio capaz de melhor ilustrar o conceito de “moderno” fomentado pelo movimento cultural brasileiro da Semana de 22 esse princípio seria justamente a *antropofagia*. A antropofagia seria a ilustração conceitual mais representativa da concepção motriz de modernidade por trás de um movimento artístico fomentado pela “fase heroica” do modernismo brasileiro, na década de 1920. Podemos encontrar na concepção modernista de antropofagia (tal como ilustrada por Oswald de Andrade em seus *Manifestos*) tanto princípios conceituais característicos da modernidade filosófica do século XVII quanto uma crítica voraz à herança cultural conservadora no Brasil. Com o interesse de identificar semelhanças e diferenças nas concepções de modernidade naquelas diferentes correntes do pensamento filosófico seiscentista, procurei redigir o presente ensaio visando mostrar que e como a antropofagia brasileira parece ilustrar a representação de uma moderna crítica antiedipiana à tradição filosófica e científica da própria modernidade heliocêntrica e colonialista. Sob o prisma de uma concepção de modernidade forjada por Francis Bacon como um tipo de “crítica dos ídolos ou dos mitos”, buscaremos apresentar abaixo como algumas peripécias conceituais do modernismo antropofágico brasileiro representaria uma nova reviravolta antiedipiana da velha Esfinge mitológica: “decifra-me ou te devoro”, diria o *Manifesto antropofágico* do nosso Abaporu modernista.

Modernidade científica e modernismo antropofágico: um legado mitológico da sabedoria dos antigos.

O aforismo 28 da obra *A sabedoria dos antigos* (BACON, 2002, p. 88) é um ensaio de Francis Bacon intitulado: “Esfinge, ou ciência”. Nesse ensaio aforístico, Bacon revela como seu conceito de ciência moderna resultaria de uma racionalização do mito da Esfinge; mais precisamente da particularização dessa lendária e ancestral fábula egípcia representada pela figura grega daquela famosa tragédia exortada pela *Poética* de Aristóteles: o Édipo². Ele relata como “a Esfinge era um monstro que combinava diversas formas em uma só. Tinha voz e rosto de donzela, asas de pássaro e unhas de

² ARISTÓTELES 1984, p. 253. [*Poética*, 1453 b, § 74.] “Porque o mito deve ser composto de tal maneira que quem ouvir as coisas que vão acontecendo, ainda que nada veja, só pelos sucessos trema e se apiede, como experimentará quem ouça contar a história de Édipo”.

grifo”. (*Idem, Ibidem*). O filósofo retrata ainda como a Esfinge se escondia nas montanhas e nos caminhos da antiga Tebas, atacando os viajantes e transeuntes com enigmas obscuros e hipnotizantes: “-Decifra-me ou te devoro”, interpelava a quimera, com seus enigmas afiados como garras lançadas contra o entendimento daqueles que se deparavam com ela no caminho da livre experimentação do mundo. Reza a lenda ancestral que um jovem rebelde e coxo, chamado Édipo, andando, sem destino, por aqueles lados esquecidos da antiga Tebas, teria sido mortalmente abordado pela Esfinge com o seguinte enigma: “- qual o animal que nasce com quatro pés, anda depois com dois, em seguida com três e, finalmente, volta a andar outra vez com quatro?” (BACON, 2002, p.89). Ao que Édipo teria prontamente respondido: “o homem”; que engatinha na infância, torna-se bípede na maturidade, anda de muleta na velhice e, por último, prostra-se quadrúpede novamente antes de guardar o leito de morte. Tomando “o homem” como resposta ao enigma traiçoeiro da Esfinge, o Édipo teria derrotado esse mitológico monstro e, como recompensa pela vitória, teria conquistado não apenas sua liberdade, mas também o reino de Tebas. Para ilustrar de entrada essa relação entre a racionalização do mito da Esfinge edípiana e o conceito de ciência moderna na filosofia de Bacon, cito *A sabedoria dos antigos*:

Eis uma fábula bela e sábia, inventada aparentemente em alusão à Ciência, sobretudo quando esta é aplicada à vida prática. A Ciência, que deixa perplexos os ignorantes e inábeis, pode muito bem ser considerada um monstro. Na figura e no aspecto, representam-na como criatura multiforme, em referência à imensa variedade de assuntos com que se ocupa. Diz-se que tinha o rosto e a voz de uma mulher, por sua beleza e loquacidade. As asas foram acrescentadas por que as ciências e seus inventos se espalham e voam para longe sem demora (...). As garras, agudas e encurvadas, foram-lhe atribuídas com muita pertinência, pois os axiomas e argumentos da ciência penetram e aferram a mente de um modo que lhe não permite escapar (...). São de dois tipos também os enigmas da Esfinge: um diz respeito à natureza das coisas; o outro, à natureza do homem. De igual modo, há duas espécies de reinos oferecidos como prêmio de sua solução: o reino sobre a natureza e o reino sobre o homem. (BACON, 2002. p. 90).

Mediante uma *crítica* dos ídolos análoga a um processo de racionalização dos mitos³, o filósofo encontra na figura do Édipo e em sua lendária vitória sobre a Esfinge o “modelo prático” da matéria e do método ilustrativo de uma moderna concepção antropocêntrica da ciência natural e da política. Bacon declara que, assim como a

³ Essa crítica dos ídolos é o projeto fundamental do *Novum organum* de Bacon.

Esfinge, a ciência teria uma aparência dócil e atraente, mas que esconderia suas garras e seus dentes afiados por detrás de seus enigmas indecifráveis. O Édipo, no entanto, com seu passo lento e arrastado, teria demonstrado como derrotar os enigmas da Esfinge tomando “o homem” como resposta definitiva aos ataques dessa astuta criatura devoradora de mentes. A solução edipiana aos enigmas esfíngicos, atualizada na modernidade heliocêntrica, remontaria diretamente à uma inscrição a partir da qual teria pairado inicialmente a profecia trágica do Édipo, no templo de Apolo em Delfos: ‘conhece a ti mesmo’. Somente conhecendo a si mesmos como homens e como cidadãos de sua época é que os modernos, segundo Bacon, poderiam superar os enigmas esfíngicos da filosofia e do conhecimento científico. A investigação dos fenômenos e da própria natureza resultaria, assim, na investigação do homem moderno sobre si mesmo e sobre sua própria herança cultural, religiosa, social, científica, artística, etc. Uma filosofia ou uma ciência fundada sobre a matéria edipiana ancestral estaria mais interessada no reconhecimento do homem emancipado do que no próprio conhecimento da natureza e de seus mistérios. O conhecimento racional ou científico moderno, portanto, só poderia ser adquirido e compartilhado na prática ou nas ações humanas. Toda reflexão moderna sobre os enigmas científicos tomaria o próprio homem como princípio, meio e fim daquele conhecimento.

Mais do que uma simples resposta ao enigma da Esfinge, “o homem” edipiano seria uma espécie de código de acesso a uma ciência moderna tanto natural quanto política: o antropomorfismo moderno. Os enigmas da Esfinge, segundo Bacon, possuiriam esse duplo caráter: natural e político. A resposta “o homem”, portanto, teria predicado ao Édipo a vitória sobre a Esfinge e, por conseguinte, o acesso tanto ao reino da natureza (seu próprio destino) quanto ao reino de Tebas (o destino dos outros). É neste registro de uma racionalização do mito do Édipo e da Esfinge que, para Bacon, “ciência é poder” e o poder se aplicaria sobre todas as coisas: naturais e humanas, isto é, físicas e políticas. Entendendo as ciências como poder e autoridade, os filósofos e cientistas modernos teriam buscado, na prática, mais o reconhecimento dos outros homens do que o conhecimento mesmo das próprias coisas investigadas. Nessa perspectiva do poder e da autoridade, as ciências seriam um tipo de conhecimento convencional capaz de se aplicar à natureza na mesma proporção em que se aplicaria aos próprios homens. É por essa razão que o antropocentrismo moderno teria servido de inspiração para a edificação de uma ciência tanto natural quanto política.

E assim como a racionalização dos mitos teria marcado a modernidade heliocêntrica na astronomia de Galileu (Hélio, Vênus, Marte, etc), esse mesmo processo mitológico de aquisição dos princípios científicos teria auxiliado Bacon na edificação de uma ciência moderna tragicamente edipiana: o próprio homem como resposta aos enigmas da natureza e da vida social. De maneira análoga ao modo como aquela antiga máxima apolínea teria guiado o Édipo em sua suposta vitória sobre a Esfinge, o “conhece a ti mesmo” do templo de Apolo em Delfos teria também guiado os filósofos modernos (a exemplo não só de Bacon, mas também de Descartes e de Hobbes) na edificação de suas respectivas filosofias modernas.

No caso de Descartes, a orientação edipiana do “conhece a ti mesmo” apolíneo parece ser mais do que manifesta nas próprias *Meditações metafísicas*. Ali o filósofo francês procura reduzir analiticamente todo o legado ancestral de suas antigas opiniões a um único princípio sólido e indubitável do entendimento: o *cogito*. Em seu *Discurso sobre o método*, Descartes (1973) explica que não seria sua verdadeira intenção apresentar um método que todos deveriam seguir, mas apenas aquele que ele mesmo teria utilizado para conduzir sua própria razão: o autoconhecimento de si. No registro dos mitos e das fábulas ancestrais, o moderno método cartesiano poderia ser entendido a partir daquele princípio apolíneo ou edipiano do “conhece a ti mesmo”: *penso, logo existo*. E é por essa razão edipiana ou apolínea que o próprio Descartes adverte: “não proponho este escrito [sobre o método] senão como uma história, ou, se preferirdes, como uma fábula” (DESCARTES, 1973, p. 38). Se o método de Descartes (como faz questão de frisar o próprio autor) pode ser entendido como uma espécie de fábula racionalizada, então o mito regulador dessa filosofia cartesiana só poderia ser mesmo a fábula do Édipo e da Esfinge: o autoconhecimento do homem como resposta para todos os enigmas filosóficos, científicos, políticos e artísticos da modernidade.

O mesmo interesse apolíneo e edipiano atribuído às *Meditações* de Descartes também pode ser identificado em Hobbes e em sua moderna filosofia política do Estado-máquina. Desde suas considerações sobre as origens do Estado civil, no *De cive*, Hobbes convida os homens e os cidadãos a lerem a si mesmos, a fim de entenderem o que se passaria em suas próprias mentes e na mente dos outros homens/cidadãos iguais a e diferentes deles. Na introdução do *Leviatã* (1983, p. 6), o filósofo inglês ressalta a importância do ditado ancestral que deveria ser ressignificado na modernidade, “graças ao qual os homens poderiam realmente aprender a ler-se uns aos outros, se se dessem ao trabalho de fazê-lo: isto é, *Nosce te ipsum*, Lê-te a ti mesmo”. Analisando a si mesmos e

suas próprias paixões, os homens hobbesianos (enquanto artífices e matéria do Estado civil) seriam conduzidos à constituição de um gigantesco “homem artificial” criado maquinalmente à imagem e semelhança deles próprios: o Leviatã.

Acontece que a racionalização do mito do Édipo e da Esfinge na modernidade seria material suficiente para a edificação basilar de uma ciência tanto natural quanto política, para não dizer também religiosa. Sob esse prisma geral do pensamento científico moderno, o que nos interessa aqui é ressaltar como a modernidade do pensamento de autores como Bacon, Descartes e Hobbes estaria fundamentada (em conformidade ao heliocentrismo da época) sobre uma racionalização do mito do Édipo e da Esfinge. Racionalização do mito essa que colocaria o homem como princípio, meio e fim do próprio conhecimento filosófico e científico na modernidade. E é nesse sentido mitológico e esfíngico que entendemos a própria modernidade tanto em relação à filosofia do século XVII quanto em relação à antropofagia brasileira. No registro esfíngico da modernidade filosófica, a antropofagia modernista brasileira resultaria como uma espécie de indigestão congênita à própria modernidade: uma crítica purificadora capaz de operar de dentro para fora de um sistema cultural hereditário indigesto.

A modernidade de autores como Bacon, Descartes e Hobbes (vista sob o prisma de uma revolução copernicana-galileana que racionalizava os mitos greco-romanos nos termos do heliocentrismo astronômico moderno) teria se utilizado daquela racionalização do mito do Édipo e da Esfinge para edificar uma ciência natural, uma metafísica e uma política genuinamente modernas. O modo como a modernidade é apresentada por Bacon, nos termos de sua “crítica dos ídolos”, (BACON, 1984, p. 10) revela como a racionalização dos mitos (*restauratio magna*) teria por interesse restaurar ou atualizar, em um *Novum organum* das ciências modernas, os elementos característicos da tragédia em Aristóteles: imitação, síntese, peripécia e reconhecimento. Com base nesses princípios fundamentais da tragédia aristotélica, podemos entender como a modernidade do século XVII teria rejeitado a tradição escolástica através de uma crítica ao legado medieval que remontava às origens da própria cultura ocidental: o politeísmo pagão dos antigos povos pré-cristãos. Ainda que a modernidade do século XVII possa ter revolucionado as ciências, bem como a política e a própria filosofia, isso só teria sido possível mediante o resgate, a restauração e a atualização de uma cultura ancestral reconhecida filosoficamente na *Poética* de Aristóteles e em suas considerações sobre a tragédia do Édipo.

Em uma analogia direta com a Esfinge mitológica, podemos considerar o conceito de *crítica antropofágica* como uma espécie de indigestão congênita à própria modernidade da razão apolínea e edipiana. Segundo Bacon, a modernidade se caracterizaria pela influência de um tipo de pensamento crítico, mutante e repleto de peripécias. Ele defende que a modernidade não estaria limitada a uma localidade, época ou período histórico preciso, porém a uma certa maturidade intelectual ou racional dos homens no campo da filosofia, das ciências e das artes. No aforismo 84 do *Novum organum*, Bacon (1984, p.51) afirma que “deve-se entender mais corretamente por antiguidade a velhice e a maturidade do mundo e deve ser atribuída aos nossos tempos e não à época em que viveram os antigos, que era a do mundo mais jovem”. Nesse registro de uma peripécia⁴ conceitual da sabedoria dos antigos, a modernidade seiscentista europeia corresponderia à maturidade intelectual e à emancipação racional dos homens herdeiros de uma antiga tradição cultural greco-romana pré-cristã: a era dos mitos.

Bacon revela como haveria uma relação direta entre a modernidade e a antiguidade. Essa relação teria por finalidade diminuir ou desqualificar a importância histórica do medievo no processo de emancipação racional dos homens modernos. E é sob esse prisma que o pensamento filosófico/científico moderno consistiria em um processo de restauração purificada e sintética da sabedoria dos antigos povos gregos e romanos pré-cristãos. Reconhecendo a si mesmos como amadurecidos e emancipados pela razão dos antigos, os modernos se jugavam capazes de conhecer a si mesmos e ao seu próprio legado cultural de maneira autônoma e independente das autoridades eclesiásticas do medievo. Tudo isso tendo em vista um suposto progresso congênito das ciências que a teocracia medieval teria excluído e ocultado da sabedoria dos antigos povos pré-cristãos.

No registro da moderna emancipação das ciências e da filosofia, podemos dizer que, se a modernidade seiscentista se considerava crítica em relação ao legado cultural medieval e teológico, então o modernismo brasileiro (entendendo a si mesmo tanto como causa quanto como efeito dessa modernidade europeia) seria ainda mais crítico do que a própria filosofia moderna do século XVII. A antropofagia brasileira revelaria que o progresso da modernidade de uns teria sido o retrocesso colonial de outros. Parece que

⁴ ARISTÓTELES, 1984, p. 250-1. [*Poética*, 1452. a, § 60.] “Peripécia” é a mutação dos sucessos no contrário, efetuada do modo como dissemos; e esta inversão deve produzir-se, também o dissemos, verossímil e necessariamente. (...) A mais bela de todas as formas de reconhecimento é aquela que se dá juntamente com a peripécia, como, por exemplo, no *Édipo*.”

a modernidade europeia (entendida tanto como um processo de restauração da antiguidade remota quanto como uma estratégia de ocultação das novas descobertas culturais transcontinentais) não teria passado, na melhor das hipóteses, de um sonho utópico transformado em pesadelo. Sonho utópico esse cuja a realidade histórica contrastaria com a vigília de uma colonização cultural degradadora tanto do homem quanto da natureza. Em poucas palavras, a modernidade filosófica ou científica teria sido uma espécie de utopia convertida em distopia: o sonho de alguns poucos colonizadores transformado no pesadelo de muitos outros colonizados.

Nas reviravoltas trágicas da razão por trás dos mitos ancestrais que embalam nosso progresso científico sonâmbulo, o feitiço pode se voltar historicamente contra o próprio feiticeiro. No registro antagônico das peripécias trágicas inerentes aos mitos ancestrais, o veneno da serpente poderia vir a se tornar o antídoto contra o próprio mal da picada: a regurgitação crítica como uma espécie de “imunização racional”. No diagnóstico filosófico das profecias trágicas, a distopia hereditária da modernidade se revelaria ser uma grande farsa mitológica muito bem arquitetada: a suposta vitória do Édipo. Essa farsa teria sido elaborada pela enigmática Esfinge e aplicada sobre o legado edipiano de uma suposta autonomia da razão filosófica antiga e moderna. A máxima apolínea do autoconhecimento filosófico seiscentista teria obscurecido a percepção e o entendimento dos modernos em relação à devoração cultural tanto da natureza quanto do próprio homem por trás dos mitos, da história, das ciências e da filosofia. Sob esse prisma trágico, a antropofagia poderia representar o ato final da Esfinge mitológica devorando o Édipo de dentro para fora de sua cegueira racional.

Reconhecendo a si mesmos como homens de seu tempo, isto é, tanto como indivíduos ou partes da natureza quanto como cidadãos ou partes do Estado civil, os filósofos e cientistas modernos criticaram a tradição medieval resgatando aquilo que essa hegemonia cristã/romana havia renegado ou mesmo ocultado nas entrelinhas da história ocidental: o legado mitológico e politeísta dos antigos povos pré-cristãos. Nesse sentido, a representação mitológica do Édipo e da Esfinge parece ser também fundamental para ilustrar o conceito de modernidade como tragédia declarada e ocultação da catástrofe de um legado cultural devorador de corpos e mentes. Os elementos que mais despertariam nos antigos gregos o terror e a piedade (catarse) a partir da tragédia edipiana seriam o parricídio e o incesto: um tabu familiar ancestral e hereditário.

Na mesma linha de uma tradição poética que remontaria à *Teogonia* de Hesíodo e à catastrófica sina familiar de Gaia, Urano e Cronos, o parricídio e o incesto seriam os atos característicos da tragédia do Édipo e a razão do reconhecimento e da identificação dos antigos com essa trágica história ancestral e hereditária. Mediante uma racionalização do mito do Édipo e da Esfinge, o parricídio e o incesto representariam os interesses dos modernos em relação à autoridade eclesiástica do Papa e aos dotes da Madre igreja romana, respectivamente. Sob o prisma dessas considerações gerais sobre a modernidade e a tragédia edípiana, acredito que talvez possamos vislumbrar alguns princípios filosóficos propriamente modernos na concepção de antropofagia difundida pelos modernistas brasileiros, particularmente a partir da postura crítica manifesta no pensamento de Oswald de Andrade.

Podemos dizer que a antropofagia, em um sentido modernista, consistiria no ato dos seres humanos comerem o corpo ou partes do corpo de outros seres humanos em um ritual cerimonioso ou sagrado. Notemos: o caráter cerimonial do ato antropofágico parece diferenciar substancialmente esse rito de devoração do mero canibalismo selvagem. Enquanto rito ou manifestação de costumes ancestrais, a antropofagia modernista representaria o sentido em que uma cultura humana poderia devorar ou ser devorada historicamente por outra. E parece ser nesse sentido da devoração histórica que a antropofagia modernista brasileira poderia ilustrar filosoficamente um princípio conceitual a um só tempo moderno e também crítico da modernidade: a reviravolta da Esfinge antropofágica. A antropofagia modernista não consistiria no ato de se engolir ou de se digerir a herança amarga de um legado cultural imposto historicamente goela abaixo, mas sim na ruminação crítica e na regurgitação intestinal de uma herança colonialista indigesta: uma crítica cultural operada de dentro para fora do sistema digestivo social. Para ilustrar algumas dessas considerações conceituais sobre a antropofagia, cito Oswald de Andrade, em sua tese sobre *A crise da filosofia messiânica*:

A antropofagia ritual é assinalada por Homero entre os gregos e, segundo a documentação do escritor argentino Blanco Villalta, foi encontrada na América entre os povos que haviam atingido uma elevada cultura- Astecas, Maias, Incas. Na expressão de Colombo, *comiam los hombres*. Não o faziam, porém, por gula ou por fome. Tratava-se de um rito que, encontrado também nas outras partes do globo, dá a ideia de exprimir um modo de pensar, uma visão do mundo, que caracterizou certa fase primitiva de toda a humanidade. (...). A operação metafísica que se liga ao rito antropofágico é a da transformação do tabu em totem. Do valor oposto ao valor favorável. A vida é devoração pura. Nesse devorar que ameaça a cada

minuto a existência humana, cabe ao homem totemizar o tabu. Que é o tabu senão o intocável, o limite? (ANDRADE, O., 1990, p. 101)

Oswald de Andrade entende a antropofagia como o ritual cerimonioso de uma sabedoria dos antigos povos ancestrais. Ritual cerimonioso esse que teria sido retratado e reconhecido como prática cultural tanto pelos antigos gregos e romanos quanto pelos próprios colonizadores modernos⁵. Segundo o escritor, a antropofagia seria um tipo de rito ancestral encontrado não entre povos supostamente bárbaros ou selvagens da pré-história, mas em civilizações altamente evoluídas socialmente e desenvolvidas tecnologicamente, como no caso dos Maias, dos Incas e dos Astecas. A própria cerimônia de comunhão cristã dos colonizadores europeus, aliás, não deixava de ser um tipo de ritual antropofágico reconhecido e profetizado por eles. Pela crença na transubstancialização do pão e do vinho, a santa ceia dos cristãos seria um rito de devoração do corpo e do sangue do próprio cristo, isto é, um rito antropofágico. Entendida como prática cultural ritualística, a antropofagia poderia ser entendida também como “um modo de pensar, uma visão do mundo” que representaria o rito de uma cultura ancestral devorando ou sendo devorada historicamente por outra. Enquanto devoração crítica de uma herança cultural antagônica, a antropofagia modernista defende “uma visão que bata nos cilindros dos moinhos, nas turbinas elétricas, nas usinas produtoras, nas questões canibais, sem perder de vista o Museu Nacional.”. (ANDRADE, 1990, p. 44). A crítica antropofágica, portanto, não consistiria em uma rejeição ou negação absoluta do legado histórico, tal como se o passado pudesse ou devesse ser apagado da memória. Tratar-se-ia mais de uma devoração ritualística da herança cultural, tendo em vista sua ruminação e regurgitação crítica: antídoto para os males históricos da colonização. Se ilustrássemos a antropofagia modernista brasileira como uma espécie de “crítica da razão Tupiniquim”⁶ ela seria a expressão original de nossa *Metafísica canibal*⁷ mais esfíngica e antiedipiana: peripécias trágicas da sarcástica e controversa Esfinge antiedipiana.

⁵ O antigo historiador grego, Heródoto, relata (no livro 3, cap. 37 de sua *História*) como a antropofagia fúnebre ou o “endocanibalismo mortuário” seria, diante dos olhos do grande rei Dário, um tipo de lei consuetudinária dos povos indianos tão válida quanto o sepultamento era para gregos e ainda hoje é para os cristãos.

⁶ *Crítica da razão tupiniquim* é o título de uma obra do filósofo brasileiro Roberto Gomes.

⁷ *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural* ou (como gostaria de ter chamado o autor) “O anti-Narciso” é uma importante obra filosófica e científica do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro.

Ultrapassar os limites tradicionais e totemizar o tabu da herança cultural seria o sentido da vida moderna, enquanto a modernidade seria um contínuo processo de devoração, transformação e superação do próprio legado histórico. A antiga sina de Cronos herdada pela do Olimpo é tanto devoração quanto regurgitação. Totemizar os tabus intocáveis do cristianismo e a superar os limites tradicionais da cultura moderna seria a grande utopia antropofágica de devoração e de regurgitação cultural. Essa utopia antropofágica resultaria como uma espécie de conscientização crítica do sujeito do conhecimento no processo de reconhecimento de seu próprio legado cultural. Segundo Paulo Freire (1979, p. 16) “a utopia exige o conhecimento crítico.”, de modo que tanto o reconhecimento quanto o estranhamento poderiam conduzir utopicamente uma cultura à conscientização de si mesma. A orientação filosófica do conceito de conscientização em Paulo Freire (1979, p. 16) entende que “a conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em “fator utópico”.” A conscientização utópica da antropofagia modernista, nesse sentido, seria uma espécie de “dar-se conta” dos agentes tidos como pacientes de um processo histórico antagonico e controverso em si mesmo: a colonização.

No registro utópico do conhecimento, do reconhecimento e da conscientização dos agentes culturais, a antropofagia modernista esculpiria em totens os tabus hereditários de modo imitativo, sintético e reconhecível, porém sob o novo aspecto de uma crítica advinda de dentro para fora do sistema digestivo da história: peripécia esfíngica de uma regurgitação antropofágica da distopia moderna. A peripécia filosófica e artística da antropofagia modernista brasileira poderia ser, assim, entendida como uma espécie de reviravolta da própria Esfinge antiedipiana. Sob o prisma esfíngico de uma utopia conscientizadora em Paulo Freire (1985, p. 27), a antropofagia modernista brasileira poderia ser entendida no sentido artístico de filosófico de uma “pedagogia da pergunta” e não das respostas prontas. A herança edipiana da cultura trágica (ao contrário dos interesses da ciência moderna e da própria arte poética aristotélica) não teria nos conduzido rumo ao reconhecimento ou à assimilação cultural, mas sim ao estranhamento e à regurgitação artística, ainda que utópica. Analisando a nós mesmos antropofagicamente tanto do ponto de vista natural quanto do ponto de vista social, reconhecemos nossa herança cultural apenas como um legado bárbaro e catastrófico de dominação colonialista tanto do homem quanto da natureza.

Sob um prisma utópico da conscientização, parece ser mais interessante abordarmos a antropofagia modernista brasileira naquele registro de uma concepção da

modernidade filosófica entendida como “crítica”. O ritualismo antropofágico de Oswald de Andrade é rusticamente crítico e parece defender uma utopia filosófica em seu pensamento artístico, poético e político⁸. Os *Manifestos* modernistas de Oswald de Andrade parecem revelar como sua crítica antropofágica seria uma espécie de *filosofia do contra*: “contra o gabinetismo, a prática culta da vida”, “contra todas as catequeses”, “contra as sublimações antagônicas trazidas nas caravelas.”, “contra a verdade dos povos missionários”, etc. Nesse sentido crítico do pensamento modernista brasileiro, parece ser como bem observou Benedito Nunes, em suas considerações sobre a *Utopia Antropofágica*:

Usando-a pelo seu poder de choque, esse Manifesto lança a palavra “antropofagia” como pedra de escândalo para ferir a imaginação do leitor com a lembrança desagradável do canibalismo, transformada em possibilidade permanente da espécie. Imagem obsedante, cheia de ressonâncias mágicas e sacrificiais, com um *background* de anedotas de almanaque, mas também com urna aura soturna e saturniana, tal palavra funciona como engenho verbal ofensivo, instrumento de agressão pessoal e arma bélica de teor explosivo, que distende, quando manejada, as molas tensas das oposições e contrastes eixos, sociais, religiosos e políticos, que se acham nela comprimidos (...) Como símbolo da devoração, a Antropofagia é um só tempo *metáfora, diagnóstico e terapêutica: metáfora orgânica*, inspirada na cerimônia guerreira da imolação pelos tupis do inimigo valente apresado em combate, englobando tudo quanto deveríamos repudiar, assimilar e superar para a conquista de nossa autonomia intelectual (NUNES, B. in: ANDRADE, O., 1990, p. 15).

Para além dos limites e tabus impostos pelo pensamento dos filósofos e cientistas do século XVII, a antropofagia modernista no Brasil parece ter se utilizado da utopia para ir além dos horizontes da dominação colonialista. Nas entrelinhas do legado moderno, revela-se o totem de um tabu oculto que os próprios modernos teriam se recusado a admitir tanto para si mesmos quanto para os outros: as peripécias antropofágicas da Esfinge mitológica. A crítica antropofágica à tradição freudiana do “complexo de Édipo” é latente no pensamento de Oswald de Andrade e parece operar como uma sarcástica peripécia esfíngica, promovida pela regurgitação conceitual de uma “filosofia do contra” declaradamente antiedipiana, isto é, esfíngica. Filosofia do contra essa cujos *Manifestos* operariam a favor “do próprio rotamento dos fatores

⁸ Em 1922 os brasileiros comemoravam o primeiro centenário da “Independência do Brasil” e a Semana de Arte Moderna parece ter se organizado conceitualmente em torno desse mote político. Todo o enredo ritualístico das alegorias poéticas e intelectuais do modernismo brasileiro daquela época teria uma postura fundamentalmente política e não apenas artística, embora utópica: a revolução Caraíba. Nesse sentido, as críticas artísticas e intelectuais do movimento modernista da década de 1920 podem ser entendidas, sob o prisma antropofágico dos *Manifestos* de Oswald de Andrade, em um registro fundamentalmente político.

destrutivos. A síntese. O equilíbrio. O acabamento de carrosserie. A invenção. A surpresa. Uma nova perspectiva. Uma nova escala” (ANDRADE, O., 1990, p. 43). Esses elementos, a favor dos quais a crítica antropofágica se voltaria, parecem operar naquele registro da imitação, da síntese e do reconhecimento que caracterizariam tanto a tragédia em Aristóteles quanto a moderna filosofia natural e política em Bacon: uma crítica dos mitos e dos ídolos que remontava à sabedoria dos antigos povos pagãos.

Sob o prisma de uma sina antropofágica, parece que a hereditariedade ancestral da Esfinge (a contragosto da histórica herança edípiana) continuaria devorando nossa existência cultural e nos colocando diante de um impasse genuinamente moderno: “o que fazer com o que fizeram de nós?!” Enquanto herdeiros de um legado colonialista indigesto, antagônico, exploratório e hereditário a Esfinge dentro de cada um poderia regurgitar suas garras modernistas contra a herança cultural imposta goela abaixo pelo colonialismo romano/cristão/europeu à nossa utópica Pindorama.

Decifra-me ou te devoro: o retorno mitológico da Esfinge antropofágica

Bacon retrata a Esfinge como “um monstro que combinava diversas formas em uma só”. Essa quimera mitológica, com “voz e rosto de donzela, asas de pássaro e unhas de grifo” viveria a observar a vida dos homens sobre os cumes dos montes olímpicos e, depois de abordá-los no caminho e dominá-los, “propunha lhes enigmas obscuros e embaraçosos, que teria aprendido das Musas” (BACON, 2002, p. 88). Segundo o retrato da fábula, a tal quimera esfíngica seria uma criatura tão astuta e fingida que teria destroçado e devorado, geração após geração, o corpo e a mente dos homens mais sábios e audaciosos. O Édipo teria vencido exatamente onde muitos outros teriam falhado: no autoconhecimento racional ou reconhecimento de si como homem de seu tempo e senhor do seu destino. A vitória do Édipo (que ofereceria “o homem” como resposta definitiva aos enigmas esfíngicos das ciências) teria se tornado modelo de um conhecimento tanto prático quanto teórico desde a antiguidade de Aristóteles até a modernidade de Bacon, para não falar da contemporaneidade de Freud⁹. Segundo as observações de Jean Pierre Vernant (2001, p.269), a herança hegemônica do Édipo dentro do legado cultural dos antigos teria se diluído em diversos aspectos da cultura ocidental, partindo da religião e da poesia trágica e passando tanto pela filosofia quanto pelas ciências natural e política. A redução excessivamente sintética do mito, tanto por

⁹ Sobre o “imperialismo do Édipo” em Freud e na tradição psicanalítica contemporânea, ver o segundo capítulo do *Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari.

parte da tragédia em Aristóteles quanto da ciência experimental de Bacon, parece desconsiderar (nessa análise psicanalítica do mito no divã) a personalidade astuta e controversa da Esfinge, cuja peripécia antropofágica ancestral seria tanto trágica quanto profética: devoração.

Basta notarmos como a trágica sina edipiana parece resultar de um golpe ou de um truque muito bem arquitetado da Esfinge, aplicado tanto sobre o Édipo quanto sobre seus descendentes. Atentemos para o desfecho fatal de toda a trama edipiana e do seu legado hereditário, narrada por Sófocles em forma de tragédia para amenizar a catástrofe dessa antiga sina familiar de parricídio e incesto. Se levamos ao cabo as consequências finais da *trilogia tebana* (que narra a sina do *Édipo-rei*, do *Édipo em Colono* e da *Antígona*), notadamente observaremos porque essa trama mitológica seria mesmo uma tragédia completa, para não falar de uma catástrofe total. Acompanhando o desenvolvimento dos fatos e das ações dos personagens principais ao longo do enredo trágico, notamos que (apesar de todo o esforço do Édipo para tentar escapar de sua sina parricida e incestuosa) a profecia teria não só desgraçadamente se cumprido como também teria deixado seu legado à toda descendência edipiana: o desfecho da contradição existencial na *Antígona*, por exemplo. Acontece que a exortação trágica do Édipo como suposto herói e verdadeiro rei de Tebas não passaria de uma grande farsa encenada pela astuta Esfinge, apenas para fazer cumprir uma profecia ancestral de perpétua devoração dos homens mais ensimesmados: os gregos e sua descendência cultural.

É nesse sentido da peripécia trágica que a modernidade do pensamento antropofágico no Brasil parece operar naquele registro de uma antiga e moderna crítica dos mitos e dos ídolos: a reviravolta conceitual da Esfinge antiedipiana como método expurgatório decolonial. Em termos ritualísticos e xamânicos, o *Manifesto antropofágico* entende que “ninguém arranca do homem isso que eu chamo em alto sentido de ‘sentimento órfico’¹⁰ e que não passa da religião natural dos católicos ou do que Calvino muito bem definiu como ‘sentimento religioso universal’” (ANDRADE, O., 1990, p. 184). O sentimento órfico estaria ligado ao rito da criação, entendido como uma representação manifestamente prática dos insondáveis mistérios da natureza e da

¹⁰ Para entender a importância do orfismo na modernidade filosofia do século XVII, recomendo consultar o aforismo XI de *A sabedoria dos antigos* (BACON, 2002). Assim como Bacon entende a Esfinge edipiana como representação da própria ciência (*Idem*, p. 88), o filósofo também entende o mito de Orfeu como representação do nascimento da própria filosofia (*Idem*, p.46). O ritual de criação divina, natural e humana, segundo Bacon, seria filosoficamente órfico.

própria condição humana (BACON, 2002, p. 46). Nesse sentido órfico, as críticas antiedipianas de Oswald de Andrade à herança colonialista dos europeus/cristãos representariam também uma reviravolta histórica da Esfinge contra o Édipo. Reviravolta essa capaz de transformar o tabu oculto na tradição filosófica em totem representativo de nossa “crítica da razão tupiniquim” mais antropofágica: a propedêutica de nossas *Metafísicas canibais*. Sob o prisma ritualístico e xamânico do pensamento modernista brasileiro, a antropofagia poderia ser considerada uma espécie de vacina decolonial de uso tanto tópico quanto utópico. Eis aqui meu moderníssimo diagnóstico filosófico: o chá de “Pau-Brasil” pode até parecer uma solução xamânica amarga, alucinógena e indigesta, porém é um excelente elixir expurgatório e tônico revigorante, indicado para purificar o corpo e o espírito filosófico contaminado pelos males crônicos de uma história cultural colonialista. A conversão do tabu esfingico em totem antiedipiano equivaleria à transformação de um mal histórico em seu próprio antídoto e vacina: “imunização racional”, segundo as peripécias órficas de uma outra tradição “Maia” no Brasil. Podemos dizer que a peripécia antropofágica de uma reviravolta da Esfinge antiedipiana operaria como uma crítica de dentro para fora do indigesto legado cultural: “- Decifra-me ou te devoro”, diria o Abaporu¹¹, com o “pé-inchado” de capoeira, voando contra o peito escamoso do Leviatã colonialista.

No registro antagônico dessa reviravolta antropofágica da Esfinge, o pensamento modernista brasileiro poderia ser entendido como uma espécie de crítica filosófica capaz de se estender não só ao experimentalismo progressista da modernidade heliocêntrica, mas também à tradição artística e cultural dos antigos filósofos gregos e romanos: um legado cultural modernista e, ao mesmo, tempo ancestral. Nossa *Metafísica Canibal* mais contemporânea seria, portanto, ao mesmo tempo, antiga e moderna. Ao invés de requestrar os elementos nutritivos de uma tradição indigesta, o pensamento antropofágico teria procurado revelar algumas fórmulas secretas (tabus) na receita hereditária do colonialismo tradicional europeu ou cristão: devoração e regurgitação de um legado cultural tanto sagrado quanto profano. A tarefa antropofágica consistiria também em promover uma espécie de descritografia decolonial dos elementos ocultos no cerne de uma tradição cultural de dominação: uma nova

¹¹ A imagem do Abaporu, de Tarsila do Amaral (cujo nome significa “homem que come gente”), seria a ilustração mais clara e representativa do “pensador antropofágico”. Além de uma alusão ao “pensador” de Rodin, o Abaporu parece fazer uma referência conceitual ao mito do Édipo e da Esfinge. Édipo, em grego, significa “pé inchado”. Se observarmos atentamente o quadro de Tarsila do Amaral, a representação antropofágica do Abaporu parece retratar tanto o Édipo quanto a própria Esfinge, isto é, a fábula integral.

perspectiva experimental e degustativa da alteridade e da novidade na mesmice histórica que nos levaria ao estranhamento e não ao reconhecimento. A “i-mitação” modernista da analogia antropofágica não consistiria em fazer “o que” os pensadores modernos fizeram, mas sim em “como” eles fizeram. E como os pensadores modernos teriam feito o que fizeram? Segundo nossa interpretação da tradição esfíngica e edipiana do “conhece a ti mesmo” apolíneo, os filósofos modernos teriam buscado investigar a si mesmos e as origens de sua própria cultura ancestral no processo de aquisição de um conhecimento filosófico, científico e artístico constituído e reconhecido por eles próprios: a modernidade.

Para além do interesse ensimesmado do pensamento filosófico europeu, a antropofagia brasileira regurgitaria em seus *Manifestos* a contradição histórica desse suposto conhecimento de si dos filósofos e cientistas modernos. Revelaria a ocultação e exclusão dos diferentes agentes no processo de aquisição de saberes compartilhados. A reviravolta histórica e as peripécias da Esfinge mitológica seria, por assim dizer, uma ilustração trágica e moderna do conceito de antropofagia no Brasil, entendida como uma crítica modernista à própria modernidade hereditária dos engenhos e das engenharias sociais colonialistas. Para exemplificar o aspecto crítico e revolucionário do pensamento modernista brasileiro, cito o *Manifesto antropofágico*:

Contra todos os importadores de consciência enlatada (...). Queremos a Revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem. (...). Nunca fomos catequizados. Vivemos através de um direito sonâmbulo. Fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Para. (...) O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo. O antropomorfismo. Necessidade da vacina antropofágica. Para o equilíbrio contra as religiões de meridiana. E as inquisições exteriores (...). Tínhamos a justiça codificação da vingança. A ciência codificação da Magia. Antropofagia. A transformação permanente do Tabu em totem. (ANDRADE, O., 1990, p. 48).

A Revolução Caraíba de uma reviravolta decolonial esfíngica seria, nesse sentido modernista e antropofágico, não só mais potente que as revoluções europeias, mas também condição ontológica e histórica de realização delas: sem a exploração das colônias transcontinentais os europeus/cristãos sequer teriam se tornado modernos. Acontece que, apesar dos esforços colonialistas da dominação europeia, “nunca fomos catequizados”, mas vivemos e sobrevivemos na colônia através de um direito sonâmbulo análogo ao mito de um homem-máquina no divã da história: ruminando tragicamente, em seus pensamentos filosóficos, os traumas hereditários de uma herança

cultural de terror e de piedade. E assim como a Esfinge de fato nunca teria sido catequizada ou convertida pelo “homem” da resposta edipiana, nas entrelinhas das reviravoltas proféticas da história, “fizemos cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará”. A postura modernista dessa antropofagia esfingica devoraria o corpo (ciência) e o espírito (religião) do homem moderno (política) em uma única abocanhada crítica: devoração e regurgitação artística que operaria de dentro para fora do sistema cultural colonialista. O espírito crítico dessa “modernidade modernista” no Brasil seria uma resposta à necessidade existencial de uma “vacina antropofágica” contra os males indigestos do antropomorfismo maquinal e da vida artificial viralizada nas colônias de exploração. A antropofagia brasileira representaria uma crítica voraz à religião historicamente disfarçada de política, de ciência, de filosofia e de poesia: “tem mil faces secretas sob a face neutra”, denuncia a busca infundável de outro grande poeta brasileiro de Andrade¹².

Afrontando as “inquisições exteriores” em um território ritualístico reconhecido por nós historicamente, o tabu profano viraria totem sagrado e vice-versa, assim como o veneno da serpente leviatânica viraria antídoto e vacina contra seu próprio mal político, epistemológico e cultural. Nesse registro antropofágico e modernista da vanguarda brasileira, a Esfinge mitológica ressurgiria das cinzas de nossa cultura antagônica como uma espécie de Fênix renascida do golfo de alguma outra sina de Gaia: “a transformação permanente do tabu em totem”. A antropofagia modernista seria uma tentativa de reviravolta no topo e na base dos totens e dos tabus da tradição edipiana, legada hereditariamente pelo parricídio do Céu (Urano) e pelo incesto da Terra (Gaia). A devoração da vida natural e a regurgitação da vida artificial inscrita na linha do Tempo (Cronos) de uma cultura hereditária controversa desde as origens. A crítica antropofágica aos mitos e aos ídolos da tradição pré-cristã lapidaria aquele “sentimento órfico”¹³ da religião natural dos povos ancestrais no Brasil através dos ritos cerimoniais mais antigos e olvidados: “nossa época anuncia a volta ao *sentido puro*.”, afirma o *Manifesto*.

¹² Carlos Drummond de Andrade, no poema *Procura da poesia*.

¹³ Além de atribuir importância ritualística ao modernismo antropofágico da Semana de 22 em São Paulo, esse “sentimento órfico” parece ter, depois, orientado também as vanguardas culturais no Rio de Janeiro, na década de 1950 em diante. A peça de teatro “Orfeu da conceição”, por exemplo, foi escrita e organizada por Vinicius de Moraes em 1954, tendo a trilha sonora gravada em disco por Tom Jobim e Luiz Bonfá em 1956. A peça foi tão aplaudida pelo público que, em 1959, recebeu uma adaptação para o cinema sob o título “Orfeu negro” ou “Orfeu do carnaval”. O filme ganhou, em 1960, diversos prêmios internacionais, incluindo o único Oscar de melhor filme estrangeiro já conquistado por uma produção cinematográfica de língua portuguesa. Nesse sentido, o modernismo brasileiro seria uma espécie de rito órfico e dionisíaco semelhante ao próprio carnaval: uma tradição profana reconhecidamente sagrada.

No registro de um orfismo ancestral, representativo da criação tanto do sagrado quanto do profano, o ritualismo antropofágico poderia ser entendido como um tipo de pensamento filosófico capaz de orientar tanto o entendimento quanto a ação, isto é, tanto a filosofia e as ciências teóricas quanto as artes e as ciências práticas. E essa postura crítica modernista não consistiria em nenhum tipo de importação ou contrabando cultural, uma vez que os próprios europeus não teriam sequer se tornado modernos sem o financiamento das riquezas naturais e culturais das colônias de exploração como o Brasil. O antropofagismo órfico ou ritualístico brasileiro seria, por assim dizer, uma tentativa de se fazer algo produtivo e original com aquilo que fizeram historicamente de nós. A peripécia da Esfinge antropofágica revela o tabu oculto no totem da cultura colonizadora, que cultuava no seio de sua crença religiosa o mais bem disfarçado de todos os ritos antropofágicos: a devoração do corpo e do sangue de cristo. Convertendo o tabu hereditário de uma cultura antagônica em totem de nossa bandeira mais filosófica e política, poderíamos dizer que a *Metafísica Canibal* de nossa *Crítica da razão tupiniquim* mais inspiradora é fundamentalmente antropofágica e com todo o direito a sê-lo. Se a modernidade dos colonizadores europeus se dizia ser herdeira e disseminadora de uma tradição crítica, então a crítica modernista brasileira seria uma ilustração xamânica do feitiço se voltando contra o próprio feiticeiro.

Considerações finais não-teleológicas

Seriam cômicas, se não fossem trágicas, as reviravoltas mitológicas e as peripécias conceituais da Esfinge antropofágica: “chora agora, ri depois”. Parece que, na esteira do que teria observado bem Karl Marx, “a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda vez como farsa” e a terceira vez (acrescentaríamos) como catástrofe ou barbárie. E isso tudo seria uma espécie de “desfecho natural” da representatividade trágica na modernidade. Ou o desenvolvimento da história ocidental é convergido para outros interesses comuns e de fato compartilhados ou o desfecho catastrófico da tragédia mitológica se torna irreversível: a barbárie histórica profetizada pela peripécia dos próprios mitos ancestrais. O prolongamento desregrado da tragédia, segundo a *Poética* de Aristóteles (1984, p. 252), seria o desenrolar natural da catástrofe ou da própria barbárie como desfecho irreversível dos atos representativos de uma história antagônica e sem fim, a exemplo da colonização. Notemos como a tragédia do Édipo seria uma clara manifestação destrutiva, catastrófica e bárbara dessa profética sina hereditária legada tragicamente à contemporaneidade pelos antigos e pelos

modernos. Mas, ao contrário das trágicas crenças filosóficas, a suposta vitória edipiana teria sido a mais bem-sucedida farsa encenada pela Esfinge mitológica e legada aos descendentes do Édipo no inescapável enigma do homem: “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”¹⁴.

No enredo mitológico e nas alegorias xamânicas ancestrais dos antigos povos brasileiros, a catástrofe e a barbárie do nosso legado colonial poderiam ser travestidas carnavalescamente na forma de totem purificado ou de tabu divinizado. Sob o prisma de um retorno mitológico da Esfinge ancestral, a antropofagia brasileira ilustraria um tipo de tabu esculpido no totem tingido pelo sangue do “Pau-Brasil”: representação tanto profana do sagrado quanto sagrada do profano. No registro ritualístico e órfico da nossa razão tupiniquim mais antropofágica, o profano se revelaria sagrado ao seu próprio estilo e maneira: “brinque de ser sério e leve a sério a brincadeira”¹⁵. No sarcasmo da crítica antropofágica, a conversão do tabu em totem poderia ser considerada no registro carnavalesco do enredo filosófico de uma “escola de samba” que reivindica criticamente seu próprio legado cultural antigo e moderno: “índio quer apito, se não der pau vai comer”¹⁶.

A devoração do outro na degustação antropofágica da mesmice colonialista resultaria em um tipo de autoconhecimento esfíngico que (ao contrário da razão apolínea, edipiana ou aristotélica dos europeus) não nos levaria a um reconhecimento de nós mesmos ou de nossa própria cultura, mas sim a um estranhamento catártico de nossa existência paradoxal: “*Tupi or not tupi that is the question*”, diz o *Manifesto*. O autoconhecimento edipiano dos modernos, tomado como método e matéria das ciências e da filosofia, não resultaria em reconhecimento para nós, mas sim em estranhamento e regurgitação crítica. A peripécia antropofágica da Esfinge modernista seria uma “reação contra todas as indigestões de sabedoria. O melhor de nossa tradição lírica. O melhor de nossa demonstração moderna”. (ANDRADE, O., 1990, p.45). A contragosto da tradição edipiana hegemônica, nosso “banquete esfíngico” mais antropofágico e tropicalista seria o mito surreal da própria fome: “traz meu café com suita eu tomo, bota a sobremesa eu como, eu como, eu como você”¹⁷. Segundo a receita secreta da Esfinge antiedipiana ou

¹⁴ BARROS, Antônio. *Homem com h*. In: MATOGROSSO, Ney. Direção artística: Marco Mazzola. São Paulo: Ariola; p1981. Disco sonoro, 33 rpm.

¹⁵ LEE, Rita, *Me recuso*. In: COSTA, Gal. Direção Artística: Perinho Albuquerque. São Paulo; Philips Records, p1977. Disco sonoro, 33 rpm

¹⁶ LEVITA, Walter. *Índio quer apito*. In: CARNAVAL DE 1961. Rio de Janeiro; Continental Records, p.1960. Disco sonoro, 33rpm.

¹⁷ VELOSO, Caetano. *Você não entende nada*. In: COSTA, Gal. Direção Artística: Manoel Barenbein. São Paulo; Philips Records, p1970. Disco sonoro, 33 rpm

do Abaporu antropofágico, “só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.”. A antropofagia modernista (entendida aqui como um tipo de reviravolta “Peri-patética” da Esfinge antiedipiana) seria uma crítica filosófica capaz de ingerir, ruminar e regurgitar o veneno amargo da cicuta histórica como um tipo de antídoto decolonial: uma vacina antiedipiana de uso tanto tópico quanto utópico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, O. *A utopia antropofágica* (Obras completas). Editora Globo/ Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 1990.

NUNES, B. “A antropofagia ao alcance de todos”. In: ANDRADE, O. *A utopia antropofágica* (prefácio). Editora Globo/ Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 1990.

ARISTÓTELES. *Poética*. In: “Coleção os pensadores”. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1984

BACON, F. *A sabedoria dos antigos*. Ed. UNESP, São Paulo, 2002.

_____. *Novum organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. In: “Coleção os pensadores”. Ed. Abril cultural, São Paulo, 1984.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34, São Paulo, 2010.

DESCARTES, R. *Meditações metafísicas*. Editora Unicamp, Campinas, 2004.

_____. *Discurso sobre o método*. In: “Coleção os pensadores”. Abril Cultural, São Paulo, 1973.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. Ed. Cortez & Moraes, São Paulo, 1979.

_____. *Por uma pedagogia da pergunta*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1985.

GOMES, R. *Crítica da razão tupiniquim*. Cortez Editora, São Paulo, 1982,

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. In: “Coleção os pensadores”. Abril Cultural, São Paulo, 1983.

SÓFOCLES. *Trilogia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono e Antígona*. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2001

STEPHANIDES, M. *Édipo*. Editora Odysseus, São Paulo, 2004.

VERNANT, J. P. *Mito e política*. EdUSP, São Paulo, 2001

VIVEIROS de CASTRO, E. *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós- estrutural*. Cosac Naify, São Paulo, 20015.